

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos 21 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório Municipal, pelas quinze horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 4 de dezembro de 2020, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua – relatório final de outubro de 2020.
- 3) Apresentação e discussão do protocolo de cooperação para a reabilitação do Hospital D. Luiz I.
- 4) Apresentação e discussão do contrato de consórcio – requalificação e gestão do complexo termal das Caldas do Moledo.
- 5) Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo a curto prazo – exercício económico de 2021 – relatório de análise das propostas.
- 6) Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo de médio/longo prazo para pavimentação de estradas nas áreas urbana e rural do concelho até ao montante de 781.873,02€ - relatório final de análise das propostas.
- 7) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa aos documentos previsionais para o ano 2021 – “Orçamento e plano plurianual de investimentos 2021”.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Srs. Deputados Carla Sofia Marracho Borges e Isabel Maria Silva Guedes de Sá.

Foi entregue na mesa pelo grupo Municipal do Partido Socialista um ofício em que é solicitada uma alteração aos Deputados deste Partido:

Deixam de pertencer à representação do partido Socialista os Deputados

Paulo Jorge Alves da Cruz Costa

Joana Catarina do Souto Lopes

André ribeiro Costa

Os quais são substituídos pelos novos deputados

Fernando José Aires Lebres

Fábio Sandro de Carvalho Guedes

Marlene Monteiro de Almeida

—
Antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da mesa informou da rescisão de mandato da deputada do PS Joana Lopes e teceu um elogio pelo seu trabalho prestado na assembleia municipal até então. Mais informou o expediente da mesma, salientando uma moção recebida pelo Eng.º Daniel Teles, vereador do Município de Santa Marta de Penaguião, tratando-se de uma tomada de posição e pedido ao Governo para se encontrar formas de se ajudar os viticultores durienses em função das suas perdas de rendimentos, devido, entre outros, a altas temperaturas que prejudicaram a produção.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que sugeriu que as atas deveriam constar juntos dos documentos recebido aquando da convocatória da assembleia municipal.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa apresentou a entrada na mesa do grupo de trabalho a constituir em prol do processo de reestruturação das freguesias. Ainda sobre o tema, intervieram os deputados do PSD, Raul Gonçalves, dizendo que se de abril até dezembro de 2020 nada foi feito também não será nos próximos três meses que o Governo o vai fazer e o deputado da CDU, António Serafim, que afirmou que o CDU sempre discordou com o processo de união das freguesias e que era importante conseguir-se, junto do Governo, reverter a situação, enviando a moção elaborada por esta assembleia, para o Sr. 1º Ministro, deputados da Assembleia da República, para a ANAFRE e para a comunicação social.

O deputado Raúl Gonçalves salienta o desacordo do PSD com o processo e reforça que, na sua opinião, nos próximos três meses o Governo nada vai resolver, sendo o mês de março o limite para tal resolução.

No tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia, usou da palavra o deputado do PS, Mário Janeiro, questionando o Sr. Presidente de qual o nº. de testes que são feitos no concelho e qual o ponto e situação, apelando à prevenção, nomeadamente através de rastreios.

Procedeu-se à leitura da ata da última assembleia municipal que foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, 4 abstenções e 0 contra.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- A reunião com o comandante de destacamento da GNR e a GNR local devido à situação do Bairro das Alagoas, com as ocupações ilegais.
- A reunião com a APDL no que à requalificação do Cais Fluvial diz respeito por forma a assegurar o aumento da circulação.
- A reunião com a EDP devido aos problemas e a sua falta de organização para a resolução dos mesmos.
- A reunião com as Infraestruturas de Portugal devido ao ponto de situação da eletrificação da linha do Douro e do Resort de Bagaúste.
- O projeto da Quinta da Vacaria que está em fase avançada para entrar em obra, sendo este um projeto de 10 milhões de euros.
- A reunião com as Câmaras de Vila Real, Santa Marta de Penaguião e a Secretária de Estado do Turismo, sendo abordado o projeto da Ecovia que nos liga a Vila Real e, posteriormente, até Chaves e Espanha.
- A reunião com o Museu do Douro devido ao avançar das obras da “Antiga Panificadora”.
- O investimento da AdiN (Águas do Interior Norte) na Av.^a Dr. Manuel de Arriaga, nomeadamente na substituição das redes de abastecimento de água, bem como os cerca de três milhões de euros de investimento para saneamento.
- As reuniões com a CCDR-N no âmbito da estratégia do novo quadro comunitário, através da CIM Douro.
- As obras de reabilitação nos Bairros Sociais que se iniciaram no Bairro da Junta Autónoma das Estradas e que também já foi assinada a obra do Bairro Av.^a Diocese de Vila Real, para que possa avançar brevemente.

- Algumas obras a decorrer tais como: a empreitada do campo do Caça e Pesca, já em execução, a “antiga casa das forças”, para construção de um Centro de Atividades Ocupacionais da ARDAD, o largo José Pinto de Carvalho que numa 2ª fase vai avançar com o alargamento das ruas a montante e a jusante para criação de estacionamento e passeios.

- A situação pandémica do Covid 19 em Peso da Régua, afirmando ser preocupante e grave e que não era expectável que o nr. de casos ativos fosse tão elevado, o que pode ser justificado com a mutação do vírus, mas que esta não será a única razão, existindo uma incapacidade por parte da saúde na gestão e acompanhamento dos casos. Mais informou que a Câmara Municipal disponibilizou uma equipa de quatro técnicos para garantir o melhor acompanhamento e controlo de casos, no entanto esclareceu que ainda não há autorização para aceder à plataforma, por parte do presidente da ARS Norte. Informou, ainda, a Assembleia que considera inaceitável continuarem a negar os dados à Câmara Municipal, devido à proteção de dados, dados que apenas serviriam para controlar melhor a rede de contágios. Respondeu, ainda, ao deputado, Mário Janeiro que, já foram feitos cerca de 800 testes nas IPSS´s e escolas, ao nível de funcionários, estando a Câmara Municipal para realizar os que forem necessários.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que agradeceu ao Sr. Presidente o apoio às IPSS do concelho e salientou o seu trabalho efetuado no âmbito da CIM Douro, notório para o nosso concelho e para nossa região.

De seguida usou da palavra o deputado do PSD, Hugo Fonseca, que salientou a reabilitação dos bairros sociais, congratulando a iniciativa da Câmara Municipal. Mais felicitou a pavimentação da estrada 313 e o projeto da margem Douro, junto ao Moledo.

Tomou a palavra o Sr. Presidente realçando o trabalho das IPSS´s e o espírito de sacrifício dos funcionários e evidenciando o trabalho da CIM Douro, no que ao entendimento de todos diz respeito, bem como na sua afirmação nas questões do Douro.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, apresentação, discussão e aprovação da Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua – relatório final de outubro de 2020.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara que apresentou a Estratégia Local de Habitação, elaborada para o concelho do Peso da Régua, considerando a habitação como um pilar fundamental para o futuro e salientou a sua complementaridade com a eficiência energética que já se iniciou. Esclareceu toda a Assembleia que o fundamental da

estratégia é dar condições de habitabilidade à população. Destacou, ainda, a situação do mercado de arrendamento como sendo uma preocupação, uma vez que não se consegue dar resposta digna à procura.

Usaram da palavra os deputados da CDU, António Serafim, afirmando estar de acordo com a estratégia apresentada, do PS, Luis Monteiro, destacando a necessidade de intervenção nos vários bairros sociais, informando que se identificava com a estratégia apresentada e questionando os ajustes diretos feitos no âmbito da mesma e do PSD, Raúl Gonçalves, que felicitou o executiva pela estratégia apresentada e pela atenção que se está e vai dar à habitação nos próximos anos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer o deputado Luis Monteiro sobre os ajustes diretos, decorrentes da elaboração da estratégia, e sobre as obras efetuadas no Bairro das Alagoas, onde o executivo do PSD conseguiu financiamento e projeto para as mesmas. Mais esclareceu que o Bairro da Azenha tem graves problemas estruturais e que a Câmara Municipal está a trabalhar no sentido de os solucionar, no âmbito da eficiência energética e da estratégia local de habitação.

Posta à votação, foi a proposta de estratégia aprovada, por unanimidade, com 24 votos a favor.

Dando entrada no ponto 3 da ordem do dia, apresentação e discussão do protocolo de cooperação para a reabilitação do Hospital D. Luiz I, o Sr. Presidente apresentou a solução que foi possível protocolar, cujo concurso público já está a decorrer, afirmando que esta vai melhorar certamente as condições de saúde da população. Evidenciou ainda os mais de três milhões de euros para a obra, que terá dois pisos, com 30 camas geridas pela Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, duas unidades de saúde familiar, a unidade de cuidados à comunidade e o serviço de atendimento complementar urgente (24h), sendo a parte noturna assegurada e financiada pela Câmara Municipal. Mais informou que o centro de hemodiálise passará para o atual centro de saúde onde podem expandir e ter boas condições para crescer nesta área.

Pela CDU, teve a palavra o deputado António Serafim que afirmou que o protocolo vai de encontro ao que a CDU pretendia e defendia, não tendo nada contra o trabalho efetuado pela Câmara Municipal.

Teve a palavra, pelo PS, o deputado Mário Janeiro, realçando que o Covid 19 só vem confirmar que não há hospitais a mais e que considera os serviços contemplados no

protocolo uma mais-valia para a população, no entanto considera que é apenas a reabilitação de um edifício.

Usou da palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, louvando o trabalho de executivo e afirmando ser benéfico para a população.

Por último o Sr. Presidente salienta que o edifício obviamente é e será sempre o Hospital D. Luiz I. Mais destaca que podíamos já ter um hospital privado a funcionar, no entanto não era esse o objetivo, pois assim nem todos conseguiriam ter acesso.

Quanto ao ponto 4 da ordem do dia, apresentação e discussão do contrato de consórcio – requalificação e gestão do complexo termal das Caldas do Moledo, o Sr. Presidente destacou o trabalho árduo que teve de existir até se chegar ao ponto atual. Informou que o espaço vai funcionar com a parceria da Câmara Municipal e a entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal, sendo a gestão do espaço garantida pela Câmara Municipal e a promoção da responsabilidade da Turismo do Porto e Norte de Portugal. Acrescentou, ainda, que está em concurso público o espaço que era das piscinas tendo disponível 800.000,00€ (oitocentos mil euros) de uma obra que irá rondar os 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros).

Usou da palavra o deputado do PS, Mário Janeiro que afirmou que a vistoria feita em 2009 às termas elenca as medidas que levaram ao encerramento do espaço. Salientou ainda que a parceria foi bem definida e anseia ver o espaço em funcionamento.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que parabenizou o Sr. Presidente por mais uma promessa cumprida e referenciou o relatório de 2009 como sendo a base necessária para assegurar e justificar a posição do Dr. Martinho em encerrar o espaço. Mais acrescentou que era de notar que os últimos dois presidentes da entidade de turismo sabem a importância do espaço e o papel fundamental da Câmara Municipal do Peso da Régua no processo.

Usou da palavra o deputado do PS, Luis Monteiro que relembra que a direção da unidade de turismo, além do Dr. Martinho tinha o Eng.º Mário Montes em representação do Município e afirma que as decisões eram tomadas por toda a direção.

De seguida, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves reforça que se houve alguém desonesto não foi ninguém do nosso concelho, mas sim o Dr. Martinho.

Tomou a palavra o deputado do PS, Mário Janeiro, negando que o documento tenha sido solicitado pelo Dr. Martinho, uma vez que foi realizado por seis técnicos e dizendo que as deficiências do edifício existiam e fizeram com que o espaço encerrasse.

O Sr. Presidente esclareceu toda a Assembleia que a questão central das Caldas do Moledo era a ligação direta que sempre existiu com a Câmara Municipal do Peso da Régua e que foi posta em causa pelo Dr. Martinho, querendo este apropriar-se do espaço. Mais afirmou que o Dr. Martinho nada fez nem deixou fazer, as decisões eram centradas apenas em si enquanto presidente da Entidade do Turismo do Douro.

Ainda no mesmo tema, o Sr. Vereador Agostinho Santa usou da palavra para esclarecer algumas questões, bem como as suas posições políticas tomadas.

Entrando no 5º ponto da ordem do dia, apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo a curto prazo – exercício económico de 2021 – relatório de análise das propostas, o Sr. Presidente explicou que se trata de um empréstimo com a duração máxima de um ano para efeitos de tesouraria.

Usaram da palavra os deputados António Serafim, da CDU e Mário Janeiro, do PS, que solicitaram esclarecimento da pertinência do empréstimo.

O Sr. Presidente esclareceu, uma vez mais, que são apenas questões de tesouraria.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 21 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra.

No ponto 6 da ordem do dia, apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo de médio/longo prazo para pavimentação de estradas nas áreas urbana e rural do concelho até ao montante de 781.873,02€ - relatório final de análise das propostas, o Sr. Presidente esclareceu que se trata de um empréstimo para suprir uma carência na área rodoviária das nossas estradas, sendo o valor da pavimentação superior ao do empréstimo e cujo excedente será assegurado por meios da Câmara Municipal, uma vez que há margem, neste momento, de assumir este investimento.

Teve a palavra o deputado da CDU, António Serafim que solicitou esclarecimento da aprovação do executivo deste ponto.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 24 votos a favor.

Por último, no ponto 7 da ordem do dia, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa aos documentos previsionais para o ano 2021 –

“Orçamento e plano plurianual de investimentos 2021”, o Sr. Presidente esclarece que o documento retrata todas as obras que estão no terreno bem como outras que entrarão em breve e já se encontram em concurso público, informando que estarão no terreno cerca de 13 milhões de euros em obras. Ainda no mesmo ponto, salienta a área da mobilidade como sendo muito importante para o futuro, seja ela rodoviária, pedonal ou outra. Mais evidencia a área da habitação como sendo igualmente importante, no que à qualidade de vida da população diz respeito, bem como o turismo no concelho.

Tomou a palavra o deputado da CDU, António Serafim, que considera positivas as questões refletidas no plano, nomeadamente a requalificação urbana, destacando várias intervenções que considera serem benéficas para o concelho. Mais informa que se vai abster.

Usou da palavra o deputado do PS, Luis Monteiro, que refere que este plano vem na linha dos anteriores, com inflações nas receitas.

De seguida, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, afirma ser um plano positivo para o concelho, que reflete o programa eleitoral deste executivo e que vai ao encontro das necessidades dos reguenses que o elegeram. Mais refere que este orçamento é virado para o desenvolvimento económico-social do concelho e parabenizou o Sr. vereador Agostinho Santa por ser um político de exemplo em Peso da Régua, agradecendo o trabalho do executivo em prol dos interesses dos reguenses. Por último, dirige-se ao deputado António Serafim e refere que se o deputado se revê no plano devia ter a coragem de votar favoravelmente e não se abster ou votar contra.

O deputado da CDU, António Serafim, responde ao deputado Raúl Gonçalves alegando que o sentido de voto cabe a cada um e que não vota sozinho, respeita e segue a decisão do seu partido.

Por último usou da palavra o Sr. Presidente de junta da União de freguesias de Peso da Régua e Godim, Manuel Monteiro, para desejar boas festas a todos.

O Sr. Presidente da Câmara encerra informando que, em função da realidade atual, se reforçou a verba transferida para as juntas de freguesia e desejou boas festas a todos.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e quatro dos Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir

efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.